

## *Os haitianos em Curitiba: novo contexto diaspórico, novas questões em políticas linguísticas.*

TORQUATO, Cloris Porto/ Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR) – [cloritor@yahoo.com.br](mailto:cloritor@yahoo.com.br)

---

*Eje: Lenguaje y Sociedad: sociolingüística*

*Tipo de trabajo: ponencia*

---

» *Palabras clave: Sociolingüística - Políticas Linguísticas*

### › *Resumen*

Este trabalho ocupa-se de uma mirada à teoria sociolingüística que trata das políticas linguísticas e propõe um diálogo com o que Moita Lopes (2013) tem chamado de sociolingüística pós-moderna, a qual dialoga com as ciências sociais que tratam dos fenômenos contemporâneos relacionados às globalizações (SANTOS, 2002) – que se referem às mobilidades dos sujeitos e suas línguas e culturas, às reconfigurações das políticas nacionais e globais, aos processos de interação no contexto do ciberespaço caracterizado pelos multiletramentos e pelo multilinguismo e, sobretudo, às (re)construções das identidades (sociais, étnico-raciais, de gênero, sexuais, culturais, religiosas) dos sujeitos em relação a esses fenômenos. E dialoga também com os estudos produzidos no campo da lingüística aplicada, o que parece configurar um deslocamento das disciplinas de interface nos estudos sociolingüísticos, que se move da relação entre predominantemente lingüística e ciências sociais para a relação predominante entre lingüística aplicada e ciências sociais. Esse deslocamento parece estar ligado à partilha de referenciais teóricos e dos problemas de pesquisa e também à maior proximidade entre os procedimentos metodológicos para a investigação. Se na sociolingüística mais voltada à lingüística predominava historicamente um olhar sobre os fenômenos lingüísticos internos às línguas e às comunidades lingüísticas, na sociolingüística pós-moderna parece que o olhar volta-se ainda mais para os processos sociais, para o questionamento e a reconfiguração da noção de comunidade (MOITA LOPES, 2013) e, inclusive, promove o questionamento de algumas concepções de língua propostas pela lingüística (CESAR; CAVALCANTI, 2007). Essas novas construções teórico-metodológicas decorrem das questões sociolingüísticas emergentes nos novos cenários sociais em que vivemos. Enfocando um fenômeno social específico – a chegada de um grande contingente de haitianos a Curitiba (capital do estado do Paraná) entre final de 2013 e durante 2014 –

neste trabalho, pretendemos retomar essa discussão teórico-metodológica, buscando pensar as políticas lingüísticas produzidas pelos sujeitos (brasileiros e haitianos) em diferentes interações sócio-verbais.

### › *Introdução*

O objetivo deste trabalho é refletir sobre as pesquisas em Políticas Linguísticas no campo da Sociolinguística no atual cenário social, marcado pelas transformações sociais e culturais decorrentes das globalizações (SANTOS, 2002; CANCLINI, 2007)<sup>1</sup> e, conseqüentemente, levando em consideração novas teorias sociais que tratam deste fenômeno.

No contexto acadêmico brasileiro, um conjunto de trabalhos produzidos recentemente (como os artigos publicados em livros organizados pelo linguista aplicado Moita Lopes (2006; 2013)) tem buscado refletir sobre o campo da Sociolinguística tomando como referência estudos produzidos por sociolinguistas europeus (especialmente Ben Rampton e Jan Blommaert), que têm assinalado a necessidade de revisões epistemológicas neste campo. Este trabalho recupera parte destas discussões e procura relacioná-la aos estudos sobre políticas lingüísticas; especificamente, o trabalho aborda questões emergentes na tentativa de investigar políticas lingüísticas constituídas pelos sujeitos (haitianos e brasileiros) no âmbito da imigração dos haitianos para o Brasil, para a cidade de Curitiba, capital do estado do Paraná, na região sul do país.

Este trabalho organiza-se da seguinte forma: num primeiro momento, retoma os trabalhos iniciais da Sociolinguística e de Políticas Linguísticas, focalizando as relações entre linguagem e sociedade. Em seguida, apresenta as discussões atuais que encaminham revisões epistemológicas no campo da Sociolinguística e busca refletir sobre as pesquisas em políticas lingüísticas a partir destas revisões. Por fim, procura elaborar questões para o estudo das políticas lingüísticas no contexto da imigração de haitianos para Curitiba.

### › *Sociolinguística e Políticas Linguísticas*

Muitos textos que se ocupam da apresentação da Sociolinguística como campo frequentemente consideram a realização de um congresso em 1964, na Universidade da Califórnia, em Los Angeles (UCLA), e a publicação (em 1966) dos trabalhos ali

---

<sup>1</sup> A partir dos autores citados, neste trabalho, compreende-se que há diferentes processos de globalização acontecendo concomitantemente, configurando diferentes relações entre global e local.

apresentados, sob a organização de William Bright, com o título de *Sociolinguistics* como marcos da constituição deste campo.

Esses trabalhos iniciais do campo se esforçavam por demonstrar que há uma “covariação sistemática das variações linguística e social, e, talvez, até mesmo demonstrar uma relação causal em uma ou outra direção” (Bright, 1974, p.17). Para Fishman (1974), assim como Bright (1974), cabia à Sociolinguística, dentre outras tarefas, “descrever os padrões gerais ou normativos de uso linguístico num dado complexo ou comunidade de fala, a fim de mostrar a *natureza sistemática* das alternâncias entre duas variedades, dentre os indivíduos que compartilham de todo um repertório de variedades”. (p. 28, grifo do autor).

A Sociolinguística assumiu essa tarefa posicionando-se contra tendências dos estudos linguísticos dominantes na época, que afirmavam a homogeneidade e a uniformidade das línguas e que colocavam sob o rótulo genérico da “variação livre” as variações linguísticas. Os trabalhos em Sociolinguística dedicaram-se a tratar essas variações não como ocorrências “livres” e/ou aleatórias, mas como correlacionadas a diferenças sociais. Ao eleger a diversidade linguística como seu objeto de estudo, a Sociolinguística procurou envolver diferentes dimensões de apreensão das relações entre linguagem e sociedade: as identidades do emissor, de receptor e o contexto; dimensões temporais; os usos e as crenças dos falantes sobre as línguas e o próprio comportamento linguístico; diversidade pruridialeal, plurilíngue e plurisocietal; história das línguas e planejamento linguístico.

É, portanto, no âmbito da Sociolinguística que se desenvolvem as pesquisas e também muitas ações de planejamento e políticas linguísticas. No entanto, antes de abordar os trabalhos desta área, vale ressaltar que a Sociolinguística, em virtude das dimensões que busca investigar, constituiu-se como um campo interdisciplinar, dialogando sobretudo, com a Sociologia<sup>2</sup> e a Antropologia. Em virtude de suas diferentes abordagens teórico-metodológicas, a Sociolinguística caracteriza-se como um campo múltiplo, que não pode ser uniformizado ou homogeneizado.

No interior desta multiplicidade de pesquisas, desenvolveu-se a área de Políticas Linguísticas. Os primeiros estudos desta área se concentraram no *planejamento linguístico*, que, segundo Calvet (2007), “recebe seu batismo na mesma época que a sociolinguística” (p.13). Desde que surgiu, se refere “à política oficial no que diz respeito ao uso da língua”

---

<sup>2</sup> Convém salientar que a língua como *fato social*, presente em W. Labov (bem como já presente em A. Meillet, de quem Labov é tributário, e também em F. Saussure), remonta ao conceito de *fato social* desenvolvido pelo sociólogo E. Durkheim (CALVET, 2002). Além disto, alguns dos principais pesquisadores e expoentes do campo eram sociólogos, como J. Fishman e B. Bernstein, e antropólogos, como J. J. Gumperz e Dell H. Hymes.

(Bright, 1974, p. 21).

Trabalhos iniciais sobre *planejamento linguístico* (Haugen, 2001; Kloss, 1969) estabeleceram espaços e modelos de intervenções sobre as línguas. Essas ações podem ser sobre o *status* das línguas em sociedades bi- ou plurilíngues, determinando os espaços e as funções sociais das línguas na comunidade, como língua oficial, língua nacional, língua da mídia e da educação (*planejamento de status*). As intervenções podem também ocorrer sobre as próprias línguas, definindo ortografias, léxico e sintaxe (*planejamento de corpus*). (TORQUATO, 2010, p. 6)

Segundo Fishman (1971, 1975), as primeiras ações de *planejamento linguístico* desenvolveram-se no contexto da constituição de Estados-Nações. Fishman analisou “a interligação entre a emergência das nações, o nacionalismo e o *planejamento linguístico*, apontando o impacto que o nacionalismo exerceu sobre atividades de regulamentação das línguas sob a determinação do Estado” (TORQUATO, 2010, p. 6). Neste contexto, o *planejamento* buscava contribuir para promover uma certa unidade nacional, assumindo um importante papel nas lutas pela conquista da lealdade dos diferentes grupos sociais. Conhecimentos técnicos e científicos sobre a linguagem foram utilizados pelos Estados na implementação e na defesa de ações de *planejamento linguístico* que buscavam promover e assegurar que a cada Estado correspondesse uma Nação, um Povo e uma Língua.

O *planejamento linguístico* – definido por L-J. Calvet (2002) como a “implementação prática de uma política linguística, em suma, a passagem ao ato” (Calvet, 2002, p.145) – recobre **um** aspecto da *política linguística*: as ações políticas efetuadas pelo poder institucional do Estado. Para além deste aspecto institucional, a *política linguística* é definida como “um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social” (Calvet 2002:145). Para Calvet, as *políticas linguísticas* podem ser elaboradas por grupos que desempenham papéis distintos na organização social, mas apenas o Estado tem o poder e os mecanismos para pôr em prática determinadas escolhas. (TORQUATO, 2010, pp. 7-8)

Na perspectiva de Calvet (2007), as *políticas linguísticas* configuram-se como um conjunto de propostas de um grupo de pessoas que tem o objetivo de agir sobre os lugares e as formas de uso da(s) língua(s). Esses grupos podem ser supranacionais (lusofonia) ou podem ser grupos sociais e étnicos no interior de um mesmo Estado político (povos indígenas e imigrantes, no Brasil). Diante da possibilidade de outros atores sociais poderem desenvolver ações de *políticas linguísticas*, o Estado reserva para si o *planejamento linguístico*, “garantindo a exclusividade de legislar sobre as línguas com o objetivo de garantir o controle sobre as reivindicações e ações político-identitárias de seus cidadãos” (TORQUATO, 2010, p. 8)

Para Calvet (2002, 2007), há duas formas de gerir as *políticas linguísticas*: *in vivo* – “que procede das práticas sociais” e se refere aos modos como os falantes resolvem seus

problemas de comunicação no cotidiano – e *in vitro*, que decorre da “intervenção sobre essas práticas” (Calvet, 2002, p.146), deriva de pesquisas e se consolida como ações de poder e controle do Estado sobre as práticas sociais de usos linguísticos. Deste modo, a gestão *in vitro* configura-se principalmente como *planejamento linguístico*. As ações *in vivo* e *in vitro* configuram e são configuradas por relações de poder e, por isso, podem se constituir como relações de conflito. Tendo em vista as relações de poder e conflito que caracterizam as políticas linguísticas, parece relevante refletir sobre esta área à luz das revisões teórico-metodológicas empreendidas atualmente no campo da Sociolinguística.

### › *Teorias e metodologias em revisão*

Segundo Moita Lopes (2006; 2013), as transformações sociais decorrentes dos processos de globalização reconfiguraram as relações sócio-verbais e precisam ser analisadas à luz de teorias que busquem melhor compreender e analisar os fenômenos linguísticos-discursivos aí implicados.

Os processos sociais, culturais, políticos, econômicos, demográficos, diaspóricos etc. que chamamos de globalização e que caracterizam a modernidade recente (...): o mundo da compressão do tempo e do espaço, da tecnologia digital, dos choques e das mudanças socioculturais, das hibridizações de vários tipos (linguísticas, culturais, discursivas etc.), da hipersemiotização, da superdiversidade, da presença do chamado terceiro mundo no primeiro e vice-versa, dos fluxos entre fronteiras físicas e virtuais, entre outros processos, com os quais nos deparamos continuamente, constituem um mundo no qual a linguagem ocupa um espaço privilegiado. (...) Assim, a linguagem passa a ocupar um espaço privilegiado em nossas vidas sociais (...). (MOITA LOPES, 2013, pp. 18-19)

Neste contexto, o autor advoga em favor de revisões epistemológicas nos estudos de linguagem, pois compreende que as “teorizações típicas do século XX” e suas “ferramentas teórico-analísticas”(p. 19) – que se referem ao que o autor denomina “modernidade linguística” – “ignoram as avassaladoras teorizações sobre globalização, pós-modernidade, pós-estruturalismo, pós-colonialismo, feminismos, sexualidades, antirracismos etc., que estremeceram outros campos de investigação” (Idem., p. 19).

Considerando que a Sociolinguística constitui-se interdisciplinarmente, especialmente em diálogo com a Sociologia, pode-se compreender que essas “avassaladoras teorizações”, produzidas especialmente neste campo e no dos Estudos Culturais, podem lançar novas luzes sobre os estudos de linguagem e podem auxiliar a compreender como os processos da globalização relacionam-se com a linguagem, constituindo-a e sendo constituídos por ela. Estudos sociolinguísticos que se voltem para essas teorias e problemas, na visão do autor, acabariam por configurar aquilo que Rampton denomina “Sociolinguística Pós-Moderna” (RAMPTON, 2006). Em decorrência dessas

revisões de bases teórico-metodológicas, novos objetos seriam configurados.

Construtos como língua, norma, falante nativo, língua nativa, identidades linguísticas, comunidades de fala, competência, lusofonia, negociação interacional etc. têm sido cada vez mais criticados por se pautarem por essencialismos e homogeneidades linguísticas em um mundo em que a hibridização, a mestiçagem, a superdiversidade e a mistura linguístico-identitária são cada vez mais evidenciadas, tornando necessária uma **linguística das práticas e dos contatos** em oposição a uma linguística das comunidades e da estrutura interior das línguas. (MOITA LOPES, 2013, p. 29) (destaques inseridos)

Uma revisão no conceito de língua constitui essa revisão epistemológica. Nesse sentido, se caminhará numa direção diferente daquela sobre a qual se fundou a Sociolinguística, pois o foco não estaria em comprovar a correlação entre sistema social e sistema linguístico<sup>3</sup> (afirmando-se aí os sistemas), mas estaria em conceber as línguas como construções discursivas ou como “recursos ou repertórios linguísticos (...), o que dá conta de como no percurso de suas vidas as pessoas vão construindo modos transidiomáticos de gerar significados aqui e ali, se utilizando de registros, estilos e gêneros nas práticas em que estão situadas ao se moverem translocalmente (MOITA LOPES, 2013, p. 30).

Essa concepção de língua coaduna com a perspectiva de Signorini (2006), para quem as práticas linguísticas são constituídas por hibridismos, mixagens, rupturas, controvérsias e dissensos, e a língua é “aquela em que o falante investe social, cultural, política e emocionalmente. É a língua mantida sob controle social, marcada por bordas e fronteiras, por desigualdades significativas de repertórios e de possibilidades de acesso, mas também por agenciamentos, desterritorializações, torções, contaminações e mixagens de todo tipo” (p. 185). Para o estudo da língua, nesta perspectiva, o foco está nos falantes, nas suas ações sobre e com a linguagem e nas relações de poder (que geram desigualdades de repertório e de acesso).

Na mesma direção desses autores, Cesar & Cavalcanti (2001) assinalam a necessidade de se conceber língua focalizando os processos da globalização e, sobretudo, os modos como os próprios sujeitos participantes da pesquisa concebem suas línguas;

---

<sup>3</sup> Para Rampton (2006), é preciso sair de uma perspectiva de “linguística do sistema” para chegar a uma “linguística das práticas”; é preciso mudar da “variação” para a “transposição” como um modo de contemplar o movimento linguístico pelos contextos, tempo e espaço” (p. 117); movendo-se da “linguística da comunidade” para uma “linguística do contato”. Neste caso, são priorizadas as ações situadas dos sujeitos nos usos da linguagem. Essa Sociolinguística Pós-Moderna dialoga como as ciências sociais que “em vez de tentar definir os traços centrais de qualquer grupo ou instituição”, mudaram seu foco para o “fluxo das pessoas, do conhecimento, de textos e objetos pelo espaço geográfico e social; da produção e do policiamento das fronteiras de inclusão e exclusão; das experiências de indeterminação e ambivalência” (RAMPTON, 2006, p. 119)

nesta perspectiva, focalizam-se a multiplicidade e a complexidade linguística e cultural, os múltiplos, as “misturas” e as diferenças. A língua é vista como um caleidoscópio, que representa as *possibilidades linguísticas*, que não são fixas, mas híbridas, transitórias, múltiplas. Na perspectiva dessas autoras, é fundamental a posição dos falantes sobre suas línguas.

Nesse sentido, tal perspectiva articula-se com a compreensão de Woolard, assumida por Moita Lopes (2013), de que “uma língua é ‘um projeto discursivo e não um fato estabelecido’ (Woolard, 1998: 20)” (MOITA LOPES, 2013, p. 20). Uma língua configura-se como uma construção dos sujeitos; o que os sujeitos dizem que é e como é uma língua. Como projeto discursivo, é necessário, então, investigar as ideologias linguísticas que constituem os falantes e que são constituídas por eles, pois os discursos são ideologicamente constituídos.

Em virtude destas diferentes formas de conceber “língua”, faz-se necessária também uma revisão metodológica no campo da Sociolinguística. Uma vez que o foco não mais está nos sistemas<sup>4</sup> (compreendidos como homogêneos, estáveis, transparentes), mas nas práticas, nos usos, nos contatos, nas ideologias linguísticas e, sobretudo, nos sujeitos, os principais recortes teórico-metodológicos das investigações em Sociolinguística passam a ser etnografia<sup>5</sup>, microanálise das práticas interacionais situadas e análise do discurso. Não está no escopo deste trabalho a especificação de cada um destes; sendo assim, sugere-se a leitura de Blommaert & Jie (2010), Loder & Jung (2008) e Blommaert (2005).

Se o campo da Sociolinguística está passando por revisões, também a área de Políticas Linguísticas (doravante, PL) passa por reconfigurações. Buscando articular as revisões teórico-metodológicas produzidas no campo da Sociolinguística à área de PL, ressaltam-se a revisão no conceito de língua e os enquadres teórico-metodológicos das pesquisas.

Estudos e ações de *planejamento linguístico* ou políticas *in vitro* frequentemente concebem as línguas como sistemas (no caso das variedades linguísticas, diversos sistemas que comporiam uma mesma língua) homogêneos. No entanto, uma vez que se concebe

---

<sup>4</sup> Nestas perspectivas de estudos linguísticos que concebem língua como sistema, atreladas à modernidade (BLOMMAERT, 2006), associa-se um sistema linguístico a um grupo de falantes em um território. Há um forte vínculo entre língua e território, uma vez que frequentemente se concebia que determinada “comunidade de fala” partilhava um determinado território. Em virtude das globalizações, que implicam diferentes processos de compressão de espaço e de tempo e desterritorializações, compreende-se que é necessário repensar essa relação língua-território. Vale lembrar que a noção de Nação também se reconfigura nos processos de globalização. Ainda que se construam discursos/ideologias de identidades nacionais, outras identidades entram em jogo.

<sup>5</sup> Para Blommaert e Jie (2010), a etnografia não se caracteriza como uma metodologia ou uma técnica de pesquisa, mas implica uma perspectiva de língua(gem), incluindo aí uma epistemologia e uma ontologia.

língua como caleidoscópio ou como construção discursiva, as investigações que abordam essas ações – recorrendo à etnografia, às micro-análises interacionais, à análise do discurso ou ao entrecruzamento dessas – focalizam as ideologias linguísticas. No estudo dessas ideologias na área de PL, é importante observar como a ideologia da homogeneidade é construída (BLOMMAERT, 2006). Não basta descrever os processos de padronização de uma língua (planejamento de corpus) ou descrever as funções e os usos das línguas em contextos bi- ou multilíngues. O foco passa a ser as ideologias (e os modos como são produzidas e os efeitos que produzem) e como elas constroem imagens de uma língua em oposição ou em relação com outra(s) língua(s). Sob este enfoque, são observadas as relações de poder e as construções de desigualdades e assimetrias sociais, culturais e econômicas.

Além disto, o foco dos estudos de PL pode ser direcionado para aquilo que Signorini ressalta como rupturas e dissensos, e como esses constituem as desigualdades e assimetrias sociais. Pode-se, no estudo das interações (orais e/ou escritas), observar como os sujeitos produzem e reagem aos hibridismos linguísticos e como estes são mobilizados nos processos de hierarquização social nas interações. Neste caso, o estudo dos usos e das ideologias permite analisar as políticas linguísticas produzidas pelos sujeitos (não pelo Estado), e é muito importante investigar os processos pelos quais o “domínio” da língua (visão atrelada ao sistema) é avaliado como requisito e política de inclusão ou exclusão do falante. As desigualdades nos repertórios e nos acessos são constituídas como critérios de desqualificação social e marginalização, configurando políticas linguísticas de exclusão.

### › *Haitianos em Curitiba: novas questões em PL*

O Brasil tem recebido muitos imigrantes neste recente processo de mobilização no contexto da globalização; muitos desses imigrantes chegam na condição de refugiados. Outros, como os haitianos, chegam ao país na condição de imigrantes. Em virtude da difícil situação econômica vivida pela população do Haiti, muitos haitianos têm buscado novas oportunidades de trabalho, de mobilidade social e/ou sobrevivência na migração. A migração haitiana, do modo como tem se constituído, começou em 2010, depois que um terremoto deixou o Haiti numa ainda mais frágil situação social e econômica.

O maior percentual de haitianos que vem para o país tem entre 20 e 39 anos e o equivalente ao ensino fundamental incompleto. Estima-se que vivam atualmente 14 mil haitianos no Brasil; destes, 5 mil estão no Paraná. Só em Curitiba, capital deste estado, vivem por volta de 2,5 mil haitianos. Embora muitos estejam sendo inseridos no mercado de trabalho (predominantemente trabalhando na construção civil e no ramo de serviços



alimentícios), muitos ainda estão marginalizados. E muitos relatam que têm sofrido racismo.

Instituições de Ensino Superior sediadas na capital paranaense têm oferecido cursos de língua portuguesa aos haitianos, que chegam aos país falando predominantemente crioulo e francês. Mas observa-se a exclusão motivada também pela questão linguística: os que não falam a língua portuguesa tendem a ser menos incluídos.

Diante deste contexto, buscou-se traçar as linhas iniciais de uma investigação em PL partindo dos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Pós-Moderna. Na tentativa de elaborar a proposta de pesquisa, algumas questões foram surgindo: Como desenhar uma pesquisa a partir desses pressupostos? Será mais indicada uma investigação que associe etnografia e análise do discurso? Ou um que associe etnografia e microanálise da interação? Como identificar e analisar as ideologias linguísticas que constituem as interações entre haitianos e braileiros e haitianos e haitianos? Como os sujeitos constroem (se constroem) e mobilizam pertencimentos étnicos nas interações? Em que medida esse pertencimento étnico pode ser relevante ou limitador para a pesquisa? Como esses sujeitos envolvidos nas interações concebem língua ou como constroem discursivamente as línguas? Que ideologias linguísticas constroem e (concomitantemente) os constituem como falantes de língua portuguesa, de francês e de crioulo (e de outras línguas mais)? Como se constroem as interações entre os sujeitos (que usos linguísticos são produzidos)? Como se constituem as relações de poder nessas interações e que implicações geram para a interação, para os usos linguísticos e para os falantes? Essas são apenas algumas das questões que a elaboração de uma pesquisa em Sociolinguística Pós-Moderna provocou.

### › *Referencias bibliográficas*

- Blommaert, J. & Jie, D. (2010). *Ethnographic Fieldwork: a Beginner's Guide*. Bristol: Multilingual Matters.
- Blommaert, J. (2006). Language Ideology. Em Keith Brown (Ed.). *Encyclopedia of Language & Linguistics*, vol. 6 (pp. 510-522). Oxford: Elsevier.
- Blommaert, Jan. (2005). *Discourse. A Critical Introduction*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bright, W. (1974). As dimensões da sociolinguística. (Trad. de Elizabeth N. A. Jorge). Em Fonseca, M. S. V., Neves & M. F. (Eds.), *Sociolinguística* (pp. 17-23). Rio de Janeiro: Eldorado.
- Calvet, L.-J. (2002). *Sociolinguística: uma introdução crítica*. (Trad. de Marcos Marcionilo). São Paulo: Parábola Editorial.
- Calvet, L.-J. (2007). *As políticas linguísticas*. (Trad. de Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno). São Paulo: Parábola Editorial: IPOL.
- Canclini, N. G. (2007). *A globalização imaginada*. (Trad. Sérgio Molina). São Paulo: Iluminuras.

- Cesar, A.L. & Cavalcanti, M.C. (2007). Do singular para o multifacetado: o conceito de língua como caleidoscópio. Em Cavalcanti, M.C., Bortoni-Ricardo & S. M. (Eds.), *Transculturalidade, linguagem e educação* (pp. 45-66). Campinas-SP: Mercado de Letras.
- Fishman, J. (1971). The impact of nationalism on language planning. Em Rubin, J. & Jernudd, B. H. (Eds.), *Can language be planned? Sociolinguistic theory and practice for developing nations* (pp. 3-22). Honolulu: University Press of Hawaii.
- Fishman, J. (1974). A sociologia da linguagem. (Trad. de Álvaro Cabral) Em Fonseca, M. S. V. & Neves, M. F. (Eds.) *Sociolingüística* (pp. 25-40). Rio de Janeiro: Eldorado.
- Fishman, J. (1975). *Language and Nationalism: Two Integrative Essays*. Rowley, Massachusetts: Newbury House Publishers.
- Loder, L. L. & Jung, N. (Eds.) (2008). *Fala-em-interação social: uma introdução à Análise da Conversa Etnometodológica*. Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Moita Lopes, L. P. (Ed.) (2013). *Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolingüístico*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Moita Lopes, L. P. (Ed.) (2006). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Rampton, B. (2006). Continuidade e mudança nas visões de sociedade em linguística aplicada. Em Moita Lopes, L. P. (Ed.) (2006). *Por uma linguística aplicada indisciplinar* (pp. 109-128). São Paulo: Parábola Editorial.
- Santos, B. de S. (Ed.) (2002). *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez.
- Signorini, I. (2004). A questão da língua legítima na sociedade democrática: um desafio para a linguística aplicada contemporânea. Em Moita Lopes, L. P. (Ed.), *Por uma linguística aplicada indisciplinar* (pp. 169-190). São Paulo: Parábola Editorial.
- Torquato, C. P. (2010). Políticas linguísticas, Linguagem e Interação Social. *Revista Escrita*, 11, 1-29.